



# Dia a Dia

Rafael Motta e equipe

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

## A que horas os relógios voltam: a pergunta de Miyasiro

Um requerimento apresentado na terça-feira, na Câmara de Santos, avivou a memória de quem se acostumou a ver aqueles elementos na paisagem urbana da orla: é do vereador Paulo Miyasiro (Republicanos), que pergunta à Prefeitura se está em curso uma licitação para se reinstalarem totens com relógios e termômetros na avenida da praia. Ele citou que "a ausência destes é comentada constantemente em fóruns on-line por turistas e munícipes". As peças foram retiradas em 2019, após a Justiça ordenar seu recolhimento por exploração indevida de publicidade. A última vez em que o Município tratou do assunto foi no ano passado, quando lançou concorrência para dotar a Cidade de "mobiliário urbano inteligente e sinalizadores de postes" nos quais se ofereceria sinal gratuito de internet. Mas, em julho, após representação ao Tribunal de Contas do Estado na qual se contestava o prazo de dez anos para permissão de exploração privada do serviço, a licitação foi suspensa.

## Mais um nome

Outro vereador se soma aos 13 que foram citados, em reportagem publicada por *A Tribuna* na segunda-feira, como pré-candidatos às eleições legislativas deste ano.

## Da Pérola

Trata-se de Edilson Dias (PT), ex-presidente da Câmara de Guarujá, que deverá concorrer a deputado estadual.

## Também devem

Outros três petistas da Baixada Santista, pelo menos, deverão disputar a Assembleia Legislativa: o advogado Douglas Martins, que em 2020 ficou em terceiro lugar na disputa pela Prefeitura de Santos; Wilson Cardoso, ex-presidente da Câmara de São Vicente; e o médico infectologista Marcos Caseiro.

## Nos trilhos

Ainda que posta em segundo plano por causa de sua eleição interna, a ordem do dia do reunião de terça-feira do Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista (Condesb) terá, antes da votação, uma apresentação sobre o planejamento ferroviário do Estado.

## Ferrovias

A exposição caberá a Luiz Alberto Fioravante, assessor especial da Secretaria Estadual de Logística e Transportes.

## De dois em dois

Depois que forem eleitos presidente e vice do Condesb, será confirmado o calendário de reuniões do ano. Os encontros continuarão ocorrendo a cada dois meses.

## Outro bimestre

Terminado o encontro ordinário (e virtual) da próxima terça entre prefeitos e representantes estaduais, o próximo será em 26 de abril.

MATHEUS TAGÉ - 18/3/21



## Para dar samba

Quatro vezes presidente da X-9 santista e ainda vinculado à agremiação, o vereador Carlos Teixeira Filho (PSDB, foto) pergunta ao prefeito Rogério Santos (PSDB) se há "um projeto que fortaleça e municipalize as rodas de samba em Santos, aos moldes do que acontece hoje no Rio de Janeiro".

## Cultura e dinheiro

No requerimento que apresentou ontem, na Câmara, Cacá Teixeira sugeriu uma pesquisa para análise de potencial econômico e alcance cultural das rodas de samba. Segundo ele, Santos poderia ter, neste ano, uma "feira do samba", para compensar a suspensão do desfile oficial das escolas, devido aos cuidados com a covid-19.

## Em contrato

O vereador Fabrício Cardoso (Pode) sugere à Prefeitura de Santos que, na próxima licitação do transporte coletivo, seja incluído no contrato com a empresa vencedora o direito à gratuidade nas viagens para maiores de 60 anos.

## Pelo social

Para Cardoso, antecipar a idade mínima seria "justiça social". E diz que acatou o veto do prefeito ao projeto de redução da idade mínima porque tal atribuição é do Executivo (leia mais nesta página).

# Câmara de Santos mantém veto a ônibus grátis aos 60

Casa havia aprovado projeto, mas prefeito o vetou, e vereadores acataram a decisão



RÉGIS QUERINO

DA REDAÇÃO

Por 14 votos a seis, a Câmara de Santos acatou, ontem, o veto do prefeito Rogério Santos (PSDB) ao Projeto de Lei 3, de 2021, que ampliava a gratuidade nos ônibus municipais a pessoas de 60 a 64 anos. Atualmente, apenas munícipes a partir de 65 têm direito ao benefício na Cidade.

De autoria do vereador Sérgio Santana (PL), o projeto foi vetado no dia 1º de dezembro pelo Executivo. Votaram contra o veto os vereadores Audrey Kleys (PP), Benedito Furtado (PSB), Chico Nogueira (PT), Débora Camilo (PSOL), Santana e Telma de Souza (PT).

Citando a pandemia e os altos índices de desemprego, Santana pediu aos colegas a derrubada do veto, lembrando que, no ano passado, houve 18 votos favoráveis à aprovação do projeto.

O vereador também criticou os aumentos da tarifa, que sofrerá um reajuste de 6,45% e passará de R\$ 4,65 para R\$ 4,95 a partir de domingo, e do subsídio mensal repassado pela Prefeitura à empresa, de R\$ 800 mil para R\$ 1,1 milhão.



Proposta para que passageiros de 60 a 64 anos fossem isentos de tarifa foi do vereador Sérgio Santana

O líder do Governo, vereador Rui De Rosis (União Brasil), defendeu o veto, apontando inconstitucionalidade do projeto.

“O ofício do prefeito em razão do veto total foi pautado em aspectos técnicos. Temos sérias críticas aos serviços prestados pela empresa à população, mas sabemos que não existe gratuidade: alguém vai pagar essa conta. Não existe meia-entrada. No mérito, não há dúvida, o problema é a legalidade para qualquer lado que se olhe. Faço apelo para que se acate o veto do prefeito.”

**CRÍTICAS**

A sessão foi marcada por muitas críticas dos vereadores aos serviços presta-

**BENEFÍCIO**

**65**

**anos**

é a idade mínima para que passageiros sejam isentos do pagamento da passagem

dos pela Viação Piracicabana aos usuários em Santos. Redução da frota na pandemia, lotação dos ônibus em horários de pico, falta de higienização dos veículos e de álcool em gel e problemas nos elevadores

foram alguns dos problemas relatados.

Diante da insatisfação com a qualidade dos serviços prestados pela concessionária, os vereadores querem que a Prefeitura abra uma nova licitação, no próximo ano, para o serviço de transporte público na Cidade.

O contrato firmado pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Santos) com a Piracicabana termina em maio de 2023. A Viação Piracicabana foi procurada pela Reportagem para se manifestar sobre as críticas dos vereadores, mas não retornou até o fechamento desta edição.

MATHEUS TAGÉ - 16/2/22



## CONTRA PUNTO

Por Carlos Ratton e colaboradores



WAFER BLENDED

**É sério.** Parece piada mas, em Praia Grande, está previsto um novo aumento de tarifas do transporte público para 1º de maio – Dia do Trabalho, data em que deveria ser feita uma reflexão sobre as dificuldades atuais dos trabalhadores, entre elas, arcar com o transporte. O vereador Whelliton Silva (PL) enviou uma indicação para que a prefeita Raquel Chini (PSDB) não permita que a passagem passe a custar R\$ 5,35 – uma das mais caras da região. Será o segundo aumento este ano. O primeiro ocorreu no último dia 13.

**Nas costas.** “O ônus dos aumentos não pode sempre cair nas costas do usuário. A forma de custeio pode ser até através de subsídio, já que a arrecadação de tributos em nossa cidade é substancial. A Piracicabana, que há anos atua no município, foi agraciada com essa isenção quando a prefeita ainda era secretária, com contrapartidas que deveriam ser revertidas em benefício aos usuários. A situação do transporte e dos equipamentos de uso são bem precários, sem dizer que milhões deixam de ser recolhidos aos cofres públicos, valores que poderiam ser revertidos em outras áreas”, afirma Silva.

**Segregação.** Em Santos, o analista político e professor Rafael Moreira também não está contente com o já anunciado aumento das tarifas do transporte público. A partir deste domingo, a passagem passará de R\$ 4,65 para R\$ 4,95. “O direito de ir e vir por aqui custa caro. Eu sempre digo que o preço da tarifa de ônibus em Santos é um dos principais mecanismos de reprodução da segregação na nossa cidade. Uma família de quatro pessoas que reside na Zona Noroeste vai ter que desembolsar R\$ 40,00 só pra ir e voltar da praia”.

**Professor revoltado.** O professor de Educação Física Cristiano Torres (foto), especialista em Educação Inclusiva, se manifestou com a informação da coluna de que um conselho tutelar de Santos estaria se manifestando nas redes sociais contra a vacinação de crianças, ignorando a vacinação se encontra disposta no artigo 14 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que determina no 1º parágrafo como “obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias”.

**Destituir.** Para Torres, que foi conselho de Saúde de Vila Mariana, em São Paulo (Capital), “o Ministério Público e o movimento da sociedade civil poderia destituí-lo do cargo por consequências graves e ainda processá-lo por desinformação e fakenews, levando a risco de morte as crianças da Cidade de Santos”. Em tempo, o conselho é vacinado.